



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Fundamentos do Serviço Social)

**Subjetividade e Saúde Mental: uma contribuição
teórico-metodológica e técnico-operativa para o profissional de
Serviço Social**

Sabrina Regina Fiorelli ¹
Fernanda Nunes da Rosa Mangini²

Resumo: A construção desse artigo é fruto da realização do estágio em Serviço Social, onde desenvolveu-se um projeto interventivo intitulado: “Jornal do CAPS”, cujos processos trouxeram a tônica da subjetividade relacionada à prática dos Assistentes Sociais. Numa pesquisa teórico-bibliográfica, apresentam-se posições da palavra subjetividade, articulando-a à teoria marxista. Busca-se também, identificar os aportes teórico-metodológicos e técnico-operativos à intervenção dos Assistentes Sociais, como o trabalho com grupos e a técnica da apreensão das histórias de vida. Finalmente, analisa-se a emergência da subjetividade no desenvolvimento do grupo, relato de experiência que demonstra a relação da subjetividade com o objeto de trabalho desses profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social; Subjetividade; Prática Profissional.

Abstract: The construction of this article is the result of the Social Work internship, where an intervention project was developed entitled "CAPS Journal", whose processes brought the emphasis of subjectivity related to the practice of Social Assistants. In a theoretical-bibliographical research, positions of the word subjectivity are presented, articulating it to the Marxist theory. It also seeks to identify the theoretical-methodological and technical-operational contributions to the intervention of Social Workers, such as working with groups and the technique of seizing life stories. Finally, we analyze the emergence of subjectivity in the development of the group, an experience report that demonstrates the relation of subjectivity to the work object of these professionals.

Keywords: Social Work; Subjectivity; Professional Practice.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: [fiorelli@hotmail.com].

² Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [fernandapesquisadora@gmail.com].



1 INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos às questões que remetem a temática da subjetividade no presente artigo, cabe ressaltar que, tal produção, é fruto da realização do estágio obrigatório em Serviço Social, desenvolvido no âmbito de um Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e outras drogas (CAPS Ad II). Neste, foi elaborado um Projeto de Intervenção, intitulado “Jornal do CAPS: dando voz ao usuário na reconstrução de sua história”, por meio de um grupo realizado no âmbito do CAPS Ad II, no município de Santa Maria/RS.

A proposta do projeto era que os participantes pudessem construir um jornal que contivesse suas histórias de vida, com a finalidade de promover o autorreconhecimento, a expressão e a reflexão sobre suas trajetórias, sob a perspectiva da reabilitação psicossocial, possibilitando também identificar possíveis demandas para a intervenção da equipe multidisciplinar no plano terapêutico singular.

A desenvoltura despendida na concretização do projeto emergiu devido às dificuldades e necessidades vivenciadas no processo de estágio, às quais, referiam-se principalmente, à possibilidade de enfrentamento de questões subjetivas dos usuários nos processos de trabalho do Assistente Social³, num contexto de precarização das redes de serviço, desigualdades sociais potencializadas e o presente déficit de aporte teórico, nesta subárea, que dê subsídios para a intervenção do Assistente Social no cotidiano de seu trabalho.

Consideramos que a subjetividade é um campo privilegiado para o trabalho do Assistente Social, desde que seja capturada pelas refrações da questão social. Essas incidem na subjetividade dos sujeitos e supõem a compreensão das visões de ser humano e de mundo e das ideologias em seu papel positivo, buscando a mobilização das liberdades, das vontades e do desejo de transformar a sociedade.

Para a concretização deste artigo, foi utilizado como processo metodológico, a pesquisa de caráter exploratório de cunho bibliográfico, por meio da qual nos valem de produções textuais sobre a temática da subjetividade visando identificar os conhecimentos teórico-metodológicos e os instrumentais técnico-operativos para a intervenção profissional do Assistente Social no campo da subjetividade na saúde mental. A partir do relato de experiência do desenvolvimento do grupo Jornal do CAPS, buscamos analisar as

³ Na língua portuguesa, toda vez que se têm diferentes gêneros implicados na mesma ação utiliza-se o gênero masculino como denominador universal. Neste trabalho, está sendo empregado a expressão “o Assistente Social” como denominador universal, como determina a norma culta da língua portuguesa. Ao utilizar este denominador, destaca-se de que se trata de uma categoria profissional que se refere à todos os gêneros.



expressões subjetivas dos usuários em franca articulação com o arcabouço teórico-metodológico e os instrumentais técnico-operativos.

Na sequência, apresentamos de forma sumária, os significados e o conceito de subjetividade, articulando e aproximando suas interpretações à teoria marxista. Em seguida, partiremos para a descrição dos aportes teórico-metodológicos e técnico-operativos para abordar a temática da subjetividade no Serviço Social, dando ênfase ao trabalho com grupos e a técnica de apreensão das histórias de vida dos usuários. Finalmente, apresentamos algumas análises da emergência da subjetividade no desenvolvimento do grupo Jornal do CAPS, elencando a importância e as contribuições da temática da subjetividade para a atuação cotidiana dos Assistentes Sociais.

2 CONCEITO DE SUBJETIVIDADE

É de fundamental importância, destacar a necessidade do reconhecimento dos processos subjetivos, como uma dimensão constitutiva dos indivíduos sociais e intrínseca aos processos que envolvem o trabalho profissional dos Assistentes Sociais no contato direto com o usuário. Portanto, é preciso compreender que, a subjetividade não pode ser reduzida a uma composição antagônica dos processos objetivos, mas sim, como uma unidade, engendradas pelas atuais configurações das relações sociais, imanente ao modo de produção capitalista.

A possibilidade de uma contextualização a partir do pensamento de Marx sobre a subjetividade humana é particularmente pouco conhecida e carece de uma sistematização mais abrangente, tanto de estudos quanto de interpretações, e anunciar a emergência em tratar dessa temática, é também gerar meios para que se possa ampliar o conhecimento sobre o assunto, portanto, utilizar-se da perspectiva da pluralidade torna-se indispensável para estabelecer significados gerais e específicos à subjetividade diante de uma realidade social tão complexa.

Para Nicola Abbagnano (1998), a subjetividade corresponde ao que é aparente, ilusório ou falível, o que é intocável e corresponde somente ao indivíduo. O subjetivo é a relação entre as coisas e o nós, ou seja, uma relação com quem as pensa, diferente do objetivo que é uma propriedade dos objetos. Por tanto, “o subjetivo é aquilo que pertence ao sujeito ou tem caráter de subjetividade”. (ABBAGNANO, 1998, p. 922).

Na mesma linha, o “Dicionário Aurélio”, popular dicionário da língua portuguesa, define subjetivo como “do, ou existente no sujeito”. Uma breve interpretação diria que existe uma subjetividade que é do sujeito, ou seja, pertencente diretamente ao indivíduo, logo um



processo que vem tanto de dentro, do interior, quanto de fora, apreensão interior do que está externo.

O indivíduo nunca pode aparecer isolado de forma tão clara como se fosse um mero trabalhador livre. Se as condições objetivas de seu trabalho são pressupostas como pertencentes a ele, ele mesmo está subjetivamente pressuposto como pertencente à comunidade, através da qual seu relacionamento com a terra é mediado. (MARX; ENGELS, 1932, p. 409).

Nessa direção, Amatuzzi (1996) afirma que, a subjetividade é o âmago mais profundo da experiência e, não é possível apenas conhecê-la objetivamente. Por outro lado, é preciso sempre lembrar que a subjetividade humana não se constitui como algo congênito e inerente, apesar de pertencer ao âmbito do nosso universo interno, ela também é resultado das atividades desenvolvidas pela vivência humana e, se caracteriza pelo somatório de aprendizagem das relações de vida em sociedade.

Nesse processo de aprendizagem estão inclusos não só os pensamentos, emoções conscientes e inconscientes, os sentimentos e as transformações nos âmbitos mais interiores, mas também os produtos da interação de um com o outro. Esse processo é também responsável sobre as maneiras de enxergar o mundo e a própria vida e, é elemento fundamental para a formação e consolidação da identidade individual de cada um.

Marx e Engels (1932), asseguram que a produção de ideias, de representações, de consciência está, desde o início, diretamente entrelaçada com a atividade material dos homens, como a linguagem da vida real. Logo, podemos concluir que, o universo do subjetivo humano não é apenas constituído de uma só história de vida. Daí a crítica de Marx e Engels ao autor Feuerbach, para quem o indivíduo é visto apenas como um ser isolado e abstrato. Para Marx “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua efetividade, é o conjunto das relações sociais”, diz ele na *VI Tese sobre Feuerbach*. (MARX, 1888, p. 2)

Para Chagas (2013), quando Marx se refere à subjetividade, significa que ela não pertence a uma instância própria, autônoma e independente do indivíduo e, tampouco, a reduz como um mero produto da estrutura socioeconômica, mas a vê como um componente inseparável e indispensável para o processo de formação de cada um.

Nesse sentido, a subjetividade não é apenas um reflexo de determinações direcionadas somente pelas bases econômicas ou modos de produzir, mas é também um componente impensável fora dos processos de formação da vida humana, deste modo, podemos afirmar que não há constituição de um sujeito sem objeto, assim como não há objeto sem a ação de um sujeito. Ou seja, os processos de objetivação e subjetivação estão diretamente ligados ao conjunto das relações sociais, em que o indivíduo, a partir da sua



vida produtiva e, portanto, condicionado a essas relações sociais, é capaz de superar, transformar e compreender o mundo e, então, adquirir sua liberdade.

Portanto, nessa lógica, a reflexão sobre a subjetividade em Marx direciona nossa análise sobre a temática sempre relacionada à sociedade, no caso, a sociedade capitalista em questão que a forja e a “fetichiza” (alienação).

3 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS E TÉCNICO-OPERATIVOS NO CAMPO DA SUBJETIVIDADE E DO SERVIÇO SOCIAL

As novas condições que são impostas ao trabalho profissional na contemporaneidade apresentam grandes desafios na forma como o Assistente Social, na sua intervenção, vai estabelecer respostas às demandas dos usuários, especialmente aqueles que necessitam de uma atenção especializada do âmbito psicossocial. Nesse sentido, reconhecer a subjetividade como um processo constitutivo dos sujeitos sociais implica, também, em pensar na garantia e no acesso efetivo aos direitos.

As situações de vida, que são presenciadas pelos usuários das políticas sociais se constituem em um campo amplamente complexo e contraditório, pois por diversas vezes, esses sujeitos tem uma apreensão errônea de sua realidade, se apresentando aos serviços completamente destituídos de seus direitos sociais e trabalhistas, e também afetados em sua integralidade, tanto na sua humanidade quanto na sua subjetividade, e por vezes, culpabilizando-se veemente pelos processos desiguais a que estão submetidos.

Nessa direção, Gentilli (2013) afirma que a atuação profissional vem se deparando cotidianamente com experiências relativas à subjetividade, impondo aos Assistentes Sociais uma compreensão e uma articulação desta com as expressões da questão social. Essas expressões referem-se à experiência de cada sujeito social e das relações que fazem parte do construto das suas histórias de vida.

O emaranhado da vida social e seus reatamentos se expressam, principalmente, no segmento que está em situação de vulnerabilidade, intensificando suas consequências no âmbito da economia, do social, do físico e do psicológico desses usuários. Todas essas questões aparecem cotidianamente no trabalho profissional, não só aos que trabalham no âmbito da saúde mental e da atenção psicossocial, mas também aos profissionais de outras instituições.

Na atualidade, se globalizam, inclusive, as formas de expressão das desigualdades e das diversas manifestações da questão social, verificadas a partir do desenvolvimento de novas formas de exclusão, baseadas em: xenofobias, etnocentrismos, racismos,



fundamentalismos, radicalismos, violência e por aí à frente, nesse sentido, há um processo desafiador que provoca a atuação dos Assistentes Sociais que, por sua vez, devem estar preparados a estabelecer bases concretas para uma percepção da sociedade em grande escala.

Ao nos depararmos com a trajetória de vida dos usuários que frequentavam o serviço, observamos que as suas representações eram muito distintas e, portanto, vimos a necessidade de encontrar subsídios teóricos que permitissem apreender as singularidades das vivências de cada um deles, de uma forma que permitisse a articulação do conhecimento daquela realidade concreta com uma análise dos seus determinantes macroestruturais, ampliando assim a possibilidade de intervenção, ultrapassando o caráter imediatista.

Nesse sentido, a técnica do trabalho em grupo, combinada ao recurso da narrativa das histórias de vida dos usuários, se apresentou como uma importante ferramenta técnico-operativa de apreensão das imbricações entre a subjetividade e a realidade social no interior de um CAPS Ad.

Apesar dos relatos orais das histórias de vida dos usuários serem pouco movimentados pelas Ciências Sociais, o construto dos discursos dos atores sociais que contam suas histórias permite uma melhor compreensão dos fenômenos sociais aos quais estão submetidos, portanto se configura como um importante instrumento para entender a realidade social contemporânea.

Nesse sentido, o método da história de vida é claramente um ambiente de apreensão multidisciplinar, uma vez que tem permitido uma análise dialética entre as mais variadas disciplinas, contribuindo para uma análise das complexidades socioeconômicas e culturais que os usuários se defrontam na atualidade.

No âmbito da realização do grupo do Jornal do CAPS, é importante salientar que ele foi pensado, para que, durante as atividades realizadas, os usuários pudessem expressar suas histórias de vida, tanto na perspectiva da sua singularidade quanto na partilha de suas realidades com o coletivo, para que pudéssemos compor a confecção do jornal. Ainda, como finalidade, promover o autorreconhecimento e a reflexão sobre as suas trajetórias, a partir da formulação, de como apresentar, escolher, configurar o que fora dito e escrito no âmbito das atividades coletivas.

Nesse sentido, Martinelli (1999) complementa, “ao se reconhecer como sujeito produtor e reproduzidor de significados o indivíduo está participando da história, está fazendo o relato de sua própria participação e reflexionando sobre sua própria vida, sobre sua participação na história pessoal e social”. (MARTINELLI, 1999, p. 89).



A elaboração do jornal possibilitou a emergência de posições subjetivas na organização das narrativas, especialmente, a partir das escolhas dos sujeitos sobre o conteúdo que aparece na primeira página, a disposição dos textos e a organização do interior do jornal e, assim, firmando acordos, elegendo as histórias que o compuseram, definindo a quantidade de histórias e quais ficariam de fora da edição. Para Zanotti (2010), um jornal apresenta um uso social mais direto – de informação, de narrar fatos e histórias do cotidiano. Ao mesmo tempo, um jornal tem legitimidade social e a função de aproximar o estranho do comum, do que pode ser dito, contado e comentado.

Ainda sobre a elaboração de um jornal, a partir das histórias de vida dos usuários, a autora Maria Lucia Martinelli (1999, p. 93), em seu livro intitulado “Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio”, nos lembra que a história de vida também é uma técnica de coleta de dados, portanto, através do exercício da escuta e interpretação dos fatos foi possível também captar novas demandas e necessidades afim de complementar e auxiliar no plano terapêutico singular de cada integrante do grupo.

Queiroz (1988) salienta que a história de vida e sua expressão, principalmente na forma oral se caracteriza como

[...] conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um conteúdo e um valor inestimável na transmissão, conservação e difusão de conhecimentos. Esses conteúdos formam parte do acervo dos grupos sociais e são esses mesmos conteúdos que tem permitido a integração e a identificação do indivíduo no seu meio, no seu contexto, em um determinado período de tempo. [...] (QUEIROZ, 1988, p. 18).

Os grupos, buscam uma ideia mais ampla de reabilitação psicossocial, não se limitando a apenas estabelecer um momento de prazer e diversão. O desenvolvimento das atividades em grupo deve abarcar as vivências dos participantes a fim de, contribuir na sua realidade diária, objetivando o desenvolvimento da capacidade do indivíduo para “reconstruir” sua subjetividade, dotando-o de recursos para trocas sociais e, conseqüentemente, para a cidadania plena.

Lane (2006) enfatiza que o sujeito só consegue reconstruir sua subjetividade a partir do momento em que ele encontra as razões históricas da sua sociedade e do grupo social a qual pertence. Esse processo auxilia no reconhecimento de si mesmo na medida em que interrogamos os papéis que desempenhamos e suas funções históricas. Lane (2006, p. 22) afirma que “reconhecer quem sou eu enquanto indivíduo, enquanto integrante de um grupo social, a partir das relações do meu ser social. Isso só será possível no momento em que tenho o ‘outro’ como referência”.

Em todos os espaços, o grupo e as atividades desenvolvidas, devem se constituir como facilitador da comunicação e das relações interpessoais, favorecendo deste modo à



interação, a integração e a reinserção social. São encontros de vidas entre pessoas em sofrimento psíquico, auxiliando no exercício da cidadania e na expressão de liberdade e convivência com o diferente.

É importante salientar que o Serviço Social na saúde mental atua nas mais diversas expressões da questão social, considerando o preconceito, estigma e vulnerabilidade em que os usuários do serviço vivenciam. Desse modo, a categoria passou a compor a equipe multiprofissional dos CAPS, a partir das novas configurações que a Reforma Psiquiátrica deu a saúde mental no Brasil.

Neste sentido, a proposta indicada pelo projeto, concretizada a partir da realização do grupo do Jornal do CAPS, posicionou sua intencionalidade à observação das consequências que a dinâmica social tem nos modos de vida dos usuários, bem como encontrar alternativas de enfrentamento a essas questões e, conseqüentemente, aprender a importância do reconhecimento desses processos para potencializar o Projeto Ético-político da profissão, condizente com perspectiva de construção de uma nova ordem societária.

Entende-se que, para além do trabalho de garantia de benefícios socioassistenciais, este espaço poderia contribuir e se tornar um importante instrumento de trabalho dos Assistentes Sociais, buscando amenizar as consequências decorrentes das múltiplas expressões da questão social que acometem e comprometem o pleno desenvolvimento daqueles sujeitos, enquanto seres emancipados e conscientes de si e de suas trajetórias.

4 A EMERGÊNCIA DA SUBJETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DO JORNAL DO CAPS

A partir da experiência de construção e desenvolvimento do Projeto de Intervenção, intitulado “JORNAL DO CAPS: dando voz ao usuário na reconstrução de sua história” analisamos os relatos orais dos usuários participantes do grupo.

O desenvolvimento do grupo e os recursos temáticos fizeram parte de uma construção coletiva, na qual todos os usuários que frequentaram o grupo assiduamente, foram protagonistas. Nessa direção, durante os encontros, iam surgindo questões a serem trabalhadas e, assim, com a participação de todos, foram se estabelecendo temas a serem debatidos, bem como, as histórias que deveriam ser compartilhadas de forma escrita e, ainda, como se daria o processo de formulação e formatação da versão final do jornal.

A emersão de processos subjetivos se tornou possível à identificação, a partir do momento em que disponibilizamos um espaço para que os usuários pudessem discorrer sobre suas trajetórias. As trocas de experiências entre os indivíduos se configuram como o principal objetivo das atividades do grupo do jornal, pois elas contribuem para a realidade



diária de cada usuário, objetivando e estimulando o desenvolvimento da capacidade de se (re) construir, dando subsídios para trocas sociais mais abrangentes, fora do âmbito do grupo, e conseqüentemente, fazendo com que os usuários pratiquem sua cidadania.

Uma das atividades mais marcantes do grupo foi a debate sobre os papéis que os usuários ocupam na atual sociedade. A fala dos usuários aponta para o aprofundamento dos processos macroestruturais sob condições subjetivas:

“Não sou nada, só um estorvo!” (USUÁRIO 1).

“Minha filha outra vez falou que eu não presto para nada, nem para ser garí – sem desmerecer a profissão!” (USUÁRIO 2).

“Não sei qual papel eu ocupo, só sei que tenho certeza que eles não me querem aqui; outro dia um homem me xingou porque eu estava revirando o contêiner na frente da casa dele, mandou eu ir arrumar o que fazer; esse é o meu trabalho!” (USUÁRIO 3).

“É o nosso trabalho né, olha aqui minhas mãos, isso aqui é consequência de juntar o lixo de gente rica, gente “porca”, não separam o lixo, jogam tudo no mesmo lugar, a gente tá fazendo é um favor para eles!” (USUÁRIO 4).

Eu era poeta né, tu sabe né, me formei em letras, eu era alguém, hoje em dia sou só um alcoólatra esperando pela morte, mas eu confio em Deus, não estou sozinho.” (USUÁRIO 5).

As falas dos usuários trazem as contradições entre classes sociais, por meio da vivência da desigualdade social, como na fala do usuário 4 que se refere às marcas nas suas mãos em decorrência do trabalho de “juntar o lixo de gente rica” (sic). Trata-se de uma modalidade de trabalho precária, mas essencial, como o mesmo usuário reconhece, entretanto, não é reconhecida socialmente como uma forma de trabalho digno, sendo estigmatizante, humilhante e degradante para aqueles que a realizam. Essa vivência do trabalho tem conseqüências para a subjetividade desses sujeitos, de um lado, a baixa autoestima e a vergonha e, de outro, os sentimentos de raiva e ódio pela forma como são tratados.

Em uma discussão sobre religião, e principalmente sobre política, os usuários depositaram toda a descrença que eles têm no país e a desesperança de que algo vá mudar daqui pra frente. Essa discussão foi muito profícua, pois foi possível perceber que, apesar de suas posições antagônicas, relacionadas entre uma opinião e outra, os usuários estão buscando informar-se sobre as direções e as conseqüências que suas escolhas causam no cenário político brasileiro. Porém, também podemos perceber a presença da alienação e da falta de consciência de si enquanto classe social e de unanimidade, conseqüência da subtração da subjetividade estabelecida pelos processos de produção capitalista.

Diante da dificuldade que presenciamos de manter uma discussão tranquila sobre política e religião, trabalhamos na perspectiva de incentivar o respeito às diferenças, através da Dinâmica das Diferenças, em que eles teriam que desenhar sob um folha de papel a representação de um rosto, porém cada um deveria se manter com os olhos fechados durante o desenho. Essa dinâmica teve o objetivo de mostrar que mesmo que todos tenham



desenhado rostos, cada um desenhou de um jeito diferente, e que essa diferença tem que ser respeitada, não só dentro do grupo, mas também fora dele, nas suas relações comunitárias.

As tensões sob a qual vivem esses usuários, de necessidades e carecimentos acabam refletindo nos seus sentimentos, incentivando a revolta, a instabilidade e a necessidade de fazer sua afirmação se tornar verdadeira frente aos demais, muitas vezes corrompendo-os enquanto unanimidade, impossibilitando que eles cheguem a um consenso sobre suas próprias condições. Nas palavras de Gentilli (2013, p. 318) “o estranhamento em relação ao outro tem como efeito a criação de uma cultura fragmentada que favorece a rejeição do diferente nas relações entre desiguais”. Nessa direção a autora ainda afirma que,

[...] o conjunto de situações sociais conturbadas e altamente explosivas, decorrentes das desigualdades sociais, vem anunciando, desde a virada deste século, na forma das mais diversas manifestações de violência (contra crianças e adolescentes, negros, índios, mulheres, idosos, homossexuais etc.), ostentando uma profunda cisão de classes que vem subterraneamente cindindo a sociedade brasileira [...]. (GENTILLI, 2013, p. 319).

Cotidianamente, a sociedade do capital reproduz e intensifica contradições, essas por sua vez, fundadas a partir do modo de produção capitalista, nesse sentido, a sociedade torna-se uma arena de intensas lutas entre classes, podendo ser observadas nas mais diversas manifestações de conflitos, como em um dos encontros com o grupo no qual foi possível observar os processos discriminatórios e a exclusão social desencadeada pela pobreza e pela dependência química.

Assim, tendo em vista a dificuldade que muitos usuários do CAPS Ad têm de acesso aos meios digitais e, muitas vezes e, em sua maioria, por questões financeiras, não costumam frequentar salas de cinema, é que realizamos um cinema dentro do próprio CAPS. Inicialmente, os usuários presentes foram questionados sobre com que frequência costumam ir ao cinema, somente um dos usuários levantou a mão e relatou que tinha ido apenas uma única vez no auge dos seus 50 e tantos anos, os demais expressaram que não se sentem bem-vindos em lugares públicos e que não frequentam muito, mais por uma questão de vergonha e medo de serem discriminados, do que por dinheiro.

“Se eu tentar entrar no shopping para assistir um filme, eles são capazes de mandarem me prender só pelo jeito que estou vestido, certamente não me deixariam entrar lá”. (USUÁRIO 1).

A sociedade generaliza estereótipos que se constituem como intensificadores de processos discriminatórios. A dinâmica a qual estamos inseridos marginaliza e criminaliza os indivíduos, sem oferecer quaisquer chances para que eles possam ser reinseridos na



sociedade. Os efeitos desses processos podem ser verificados na própria fala dos usuários através do sentimento de não pertencimento, da despotencialização e de baixa autoestima e de uma maneira mais ampla, que geram sérias consequências aos indivíduos, interferindo de maneira extremamente negativa em suas oportunidades como cidadãos, na sua condição de vida e de ser social.

Nesse sentido, podemos afirmar que as expressões da questão social estão evidenciadas e intrínsecas nos modos de ser e agir, de falar e de pensar, na maneira como esses usuários compreendem o mundo, suas relações e a si mesmo e, por sua vez, causam consequências diretas e indiretas nas suas histórias e na construção das suas relações com a sociedade e, até mesmo, se tratando de um CAPS Ad, nos modos como se relacionam com os profissionais.

Uma parcela de usuários que frequentou o grupo mora na rua e é estigmatizada, enfrentando processos de extrema exclusão social, política e econômica, que geram a privação, o abandono e a expulsão da convivência social. Como consequência, esses sujeitos se desconhecem e deixam de reconhecer aos outros como seres humanos, por falta de concepções de humanidade ou do que é ser um humano, o que também ocasiona a falta de perspectivas e significados em suas vidas.

A cidade em que se localiza o CAPS possui Casa de Passagem, entretanto, os usuários relatam que preferem morar na rua, pois a falta de respeito com que são tratados na Casa de Passagem os incomoda, citando também, ter a impressão de que os profissionais que lá trabalham os tratam como se estivessem fazendo um favor a eles e ainda que eles teriam que ser submissos às suas vontades, aqui se referindo as vontades dos profissionais.

Nas palavras do Usuário 3: “se eles pudessem, eles colocavam veneno na nossa comida e matava todos nós, não servimos para nada, só para dar mais trabalho para eles”. Ainda reclamou sobre a frequência com que os profissionais o chamavam para saber se ele já havia encontrado outro lugar para ficar, pois haviam outros usuários precisando da vaga, “eu também estou precisando da vaga, eles ficam falando coisas quando você passa por eles e sempre que dá dificultam as coisas pra ti, como se você estivesse ali porque simplesmente quer, eu não tenho pra onde ir, para onde eu vou se eles não me querem lá, prefiro ficar na rua do que aguentar esse pessoal me olhando torto”. (USUÁRIO 3).

Assim, identificamos as consequências da precariedade dos serviços prestados e do descaso com que são tratados os indivíduos que precisam fazer valer de seus direitos.

As políticas neoliberais e a consequente individualização e a moralização dos processos sociais transformam a busca e a efetivação dos direitos do cidadão em meros favores prestados à população. Fora da esfera do assistencialismo e da filantropia, só tem



acesso aqueles que podem adquirir os serviços no mercado. Nessa ótica, a qualidade dos serviços que são prestados à população em geral, mas principalmente às populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a exemplo da Casa de Passagem, é precária e, também, se torna desinteressante à fiscalização desses serviços por parte dos órgãos competentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As emergências subjetivas verificadas através do discurso dos usuários são construto integrante das contradições próprias da sociedade capitalista, assentadas na exploração e na opressão – forma contemporânea com que as faces das expressões da questão social aparecerem e tem rebatimentos na realidade cotidiana dos sujeitos – em suas dimensões objetivas e subjetivas.

Culturalmente, os usuários da saúde mental que possuem transtornos mentais, decorrentes ou não do uso abusivo de substâncias psicoativas sofrem preconceito e discriminação. Como consequência, são estigmatizados, negligenciados e marginalizados, reforçando as abordagens excludentes e violentas sobre as relações desses indivíduos nos diversos setores da sociedade.

Os efeitos subjetivantes desse processo desumanizado, podem ser, na maior parte dos casos, verificados através do sentimento de despotencialização ou de baixa autoestima dos usuários, ao serem rotulados e estereotipados como seres indesejáveis e improdutivos, interferindo de maneira extremamente negativa na construção da sua cidadania, bem como, nas suas oportunidades de vida e de se construir como ser social.

A experiência que une a sociedade e permite laços é também aquela que, paradoxalmente, por diversos de seus mecanismos, instituições, relações, valores e ideologias, ameaçam ou destroem essa mesma percepção de troca. Os sujeitos submetidos a esse sistema se desconhecem e deixam também de reconhecer aos outros como seres humanos, de concepções de humanidade ou do que é ser um humano.

Portanto, ao propormos trabalhar, dentro da realização do grupo do jornal, com as singularidades de cada sujeito, considerando todos os seus aspectos e atores envolvidos em sua história, oportunizamos a reconstrução e reconhecimento de sua subjetividade, compreendendo-se como um ser socialmente e culturalmente envolvido capaz de modificar e transformar sua atual realidade.

O engajamento do grupo foi de extrema importância para a compreensão de que o indivíduo é parte de uma estrutura, e que ela molda, por sua vez, sua subjetividade, mas



para além disso, compreender que há um processo constante de determinações que são expressas pelo modo de vida da sociedade capitalista e, para que tais determinações possam ser visualizadas e modificadas, é necessário reconhecê-las dentro da sua história e estar disposto a transformá-las.

Portanto, o Assistente Social, ao trabalhar sob esta perspectiva, pode contribuir efetivamente para dar visibilidade a essas refrações, ao que está exposto de forma indireta, invisível ou oculta, identificando as necessidades e as demandas a partir das expressões subjetivas que emergem no discurso dos usuários. Nesse sentido, Vaitsman (1995) afirma que a emergência da subjetividade e a valorização da autonomia dos sujeitos emergirá como uma nova forma de representar a relação estabelecida entre o sujeito e o objeto, bem como entre o indivíduo, a natureza e a sociedade, cujo processo faz parte das transformações históricas.

As áreas em que o Serviço Social atua e, em especial, a área da saúde mental, necessitam de profissionais em constante atualização, trabalho em equipe multiprofissional que seja capaz de tornar os processos de trabalho mais coletivos, democráticos e, principalmente, resolutivos. Não é necessário apenas conhecer o mundo, mas é necessário achar meios e maneiras de transformá-los. (MARX; ENGELS, 1932) Daí a importância da atualização dos seus mecanismos de intervenção, coerentes e situados de acordo com as demandas que emergem da atualidade.

Ao nos reportarmos ao conjunto dos relatos orais explanados pelos usuários participantes do grupo do “Jornal do CAPS” identificamos que as dificuldades teóricas, metodológicas, pessoais e operativas aparecem no trabalho profissional do Assistente Social em contato direto com o usuário, particularmente, referindo-nos a grupos sociais marcados por extremas situações de fragilidades sociais, bem como de intensas formas de sofrimentos, estigmas e discriminações.

Na atenção à saúde mental, as relações interpessoais e os processos grupais exigem mobilizações mais intensas no que se refere aos processos subjetivos tanto individuais como coletivos. Essas questões que envolvem a subjetividade acabam se tornando tabus na cultura do Serviço Social, um exemplo evidente disso é a questão da religião, que apareceu muito forte no discurso dos usuários do CAPS Ad durante a realização do grupo.

O não enfrentamento claro e aberto da temática da religião na cultura profissional, que se tornaria possível se tivéssemos espaço para um estudo mais amplo e plural das várias áreas das ciências humanas que estudam esse fenômeno, acaba não permitindo aos estudantes e aos profissionais atuantes a elaborarem criticamente processos interventivos nessa dimensão. Isto se torna um problema na medida em que as Igrejas estão assumindo



o protagonismo dos processos de cuidado em saúde mental numa direção claramente conservadora, o que por sua vez, interfere na vida do usuário e nos serviços prestados.

O processo de globalização tem suscitado grandes transformações tanto nas relações quanto nas estruturas que articulam e desenvolvem o sistema de dominação político e econômico. Esse processo torna a análise da sociedade um campo de extremas contradições e complexidades, cujo entendimento revela a necessidade de uma compreensão não só dos processos políticos e sociais, mas também dos aspectos relacionados à realidade concreta das vivências dos sujeitos sociais, nesse sentido, seriam abertos cenários de dinâmicas, tendências, condições e possibilidades para intervenção profissional.

Nesse sentido, vale novamente reiterar o que a autora Leila Domingues Machado (2008) oferece de subsídios para essa interpretação, na medida em que ela insere os determinantes sociais como condições concretas de vida e de forma de ser e estar no mundo, portanto, na subjetividade “Quando se fala em minha subjetividade, a minha opinião, o meu desejo, não se trata de algo interno que se revela no exterior. As formas subjetivas são compostas socialmente. Todo sujeito é sempre coletivo [...]”. (MACHADO, 2008, p. 205).

Portanto, as faces que as expressões da questão social assumem ante a crise da vida social tomam os sujeitos de medo e, por vezes provocam sofrimentos diversos, que se expressam com maior potencialidade nos segmentos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade física, econômica, social e psicológica. (GENTILLI, 2013). Deste modo, os processos dialéticos entre objetividade e subjetividade acabam impondo limites e abrindo novas possibilidades de intervenção profissional, sobretudo pelas trocas entre equipes multidisciplinares que pretendem fazer valer as práticas interdisciplinares de atenção aos usuários e sua família, conforme preconizado nas diretrizes da política pública de atenção à saúde mental.

A execução do projeto permitiu demonstrar como a subjetividade aparece de forma concreta na atuação do Assistente Social no cotidiano de sua atuação. Nesse sentido é importante destacar o papel que a subjetividade assume no trabalho do Assistente Social na perspectiva da efetivação das políticas de saúde mental.

Nessa direção, a proposta apresentada ao longo do presente artigo foi que a temática da subjetividade possa ser melhor abordada no debate contemporâneo do Serviço Social, especialmente, na atuação do Assistente Social na saúde mental com a finalidade auxiliar os Assistentes Sociais tanto no seu processo de atuação particular quanto no trabalho em equipe na perspectiva da interdisciplinaridade. A importância que a subjetividade tem hoje para o Serviço Social é condizente com as finalidades do atual projeto ético-político e de construção de uma nova ordem societária, haja vista que, no



passado da profissão, os eixos que norteavam a temática da subjetividade, bem como suas finalidades eram irrelacionais com o que se pretende hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AMATUZZI, M. M. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 13, n. 1, 1996.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Revista Dialectus**, Ano 1, n. 2, p. 14-32, jan./jun. 2013.

GENTILLI, R. M. L. Sociabilidade e Subjetividade: aproximações para o Serviço Social. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, p. 312 - 324, jul./dez. 2013, Porto Alegre, RS.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MACHADO, L. D. Políticas de Subjetivação. In: MANFROI, V. M.; MENDONÇA, L. J. V. P. (Orgs). **Política Social, trabalho e subjetividade**. Vitória: Edufes, 2008, p 190 - 208.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Edição e tradução de domínio público: 1932

MARX, K. **XXI Teses sobre Feuerbach**. Edição e tradução de domínio público: 1888.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: SIMSON, O. R. M. (Org.) **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

VAITSMAN, J. Subjetividade e paradigma de conhecimento. **Boletim Técnico do SENAC**, 21:2, 1995. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000162&pid=S0104-5970200100030000300034&lng=pt>. Acesso em: 15 set. 2018.

ZANOTTI, S. V. Jornal do CAPS: Construção de histórias em Oficinas Terapêuticas. **Revista Eletrônica PUC/RS**, Rio Grande do Sul, v. 41, n. 2, abr./jun, 2010. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/5737/5325>>
Acesso em: 20 jul. 2018.